

Capitalismo e roteiro de gozo: *o sujeito diante da dessimbolização*

Martha Lucia de Azevedo Pimenteira¹

Resumo

Neste artigo discutem-se vínculos entre o discurso capitalista, neoliberal, que busca, pelo consumo, um mais além do prazer, e o processo de subjetivação. Objetiva-se mostrar como a emergência no social de órfãos do simbólico, os ditos neossujeitos, revela os efeitos psíquicos da desregulamentação do gozo e situa o inconsciente na cultura em mutação. Destaca-se, especialmente, por que o declínio do Outro, gerado pelo capitalismo, impõe obstáculos à estruturação do sujeito. O argumento organiza-se por meio de uma análise articulatória de quatro pontos: o sujeito dividido é determinado pelo significante; o capitalismo neoliberal incita ao gozo, negando a castração; o sujeito não surge espontaneamente; e no contexto neoliberal, o sujeito confronta-se com a ameaça de um processo de dessimbolização, pela retirada do lugar do terceiro, da alteridade. Conclui-se, portanto, que, diante desse estado atual de coisas, surge uma crise de representância fálica em uma cultura que deixa de funcionar como estrutura-estruturante.

Palavras-chave: Discurso capitalista; gozo; dessimbolização; neossujeitos.

Capitalism and jouissance script: *the subject facing desymbolization*

Abstract

This article discusses links between the neoliberal capitalist speech, which seeks, through consumption, one more than pleasure, and the process of subjectivation. We aim to show how the emergence in the social of orphans of the symbolic, the so-called new subjects, reveals psychic effects of the deregulation of jouissance and places the unconscious in the changing culture. It stands out, especially, because the decline of the Other, generated by capitalism, imposes obstacles to the structuring of the subject. The argument is organized through an articulatory analysis of four points: the divided subject is determined by the signifier; neoliberal capitalism incites jouissance by denying castration; the subject does not arise spontaneously; and in the neoliberal context the subject is confronted with the threat of a process of desymbolization by the removal of the third place from alterity. It is concluded, therefore, that, faced with this current state of affairs, a crisis of phallic representation emerges in a culture that ceases to function as a structuring structure.

Keywords: Capitalist speech; jouissance; desymbolization; new subjects.

¹ Psicóloga, mestra em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), psicanalista lacaniana, doutoranda em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). E-mail: m.pimenteira@gmail.com.

Da construção do sujeito

*Símbolos. Tudo símbolos...
Se calhar, tudo é símbolos...
Serás tu um símbolo também?*

Fernando Pessoa

O sujeito no campo da Filosofia é concebido como pronto em sua identidade. Trata-se, nesse caso, do sujeito do conhecimento, racional, aquele que coloca seu saber como verdade. No entanto, Freud, Marx e Saussure, criaram uma descontinuidade no pensamento clássico colocando questões sobre o sujeito autônomo, por conseguinte, sobre o logocentrismo, domínio da razão até então dominante no pensamento ocidental.

Heidegger, no século XX, instituiu mais outra descontinuidade no campo filosófico, contrapondo-se à metafísica, recusando a ideia do ser enquanto presença. No seu sistema de pensamento, o ser deixa de ser transparência e positividade, e sua realização passa a depender de uma inserção na linguagem. Consolida-se, a partir de então, a virada linguística que passou a influenciar definitivamente as ciências. Nietzsche, que também era filólogo, contribuiu, radicalmente, no debate antimetafísica criticando noções de ser e de verdade. Defendeu a ideia de que tudo é interpretação. Após esse momento, as teorias do discurso conquistaram espaço e se proliferaram nas academias.

Freud, quando inaugurou o campo da Psicanálise, rompeu com os problemas filosóficos clássicos: consciência, identidade a si e sujeito. Desse modo, faz deslocamentos no subjetivismo cartesiano abrindo espaço para uma nova concepção de razão, e de um sujeito descentrado. Daí a Psicanálise passou a colocar questões essenciais que interpelam a reflexão filosófica com destaque para a existência de uma clivagem entre saber e verdade. Nessa perspectiva, o sujeito deixa de ser aquele do conhecimento, que coloca seu saber como verdade.

O sujeito freudiano não pode existir fora da linguagem e não há um real anterior à entrada do sujeito nesse registro. Na ausência de um centro – o eu-consciência – e também de um significado transcendental, tudo se torna linguagem e passa a girar em torno de discursos. Olhar o sujeito implica olhar para o social e para linguagem. Observa-se, nesse movimento do pensamento, o registro do simbólico ganhando lugar destacado, tanto em reflexões filosóficas quanto nas ciências humanas. Hoje não se pensa mais no homem fora da linguagem com seus condicionamentos socioculturais e históricos.

Freud demonstrou que o sujeito não é centrado no eu da consciência. Marx, por sua vez, demonstrou que o sujeito humano não é o centro da história. Esses teóricos se aproximaram em

um ponto crucial, que se refere ao sujeito implicado em uma estrutura de desconhecimento. A Psicanálise, no século XX, contribuiu com a evolução do pensamento ao desvincular o mental do orgânico enfatizando a complexidade e o paralelismo fundamental existente entre o mental e o social. Na sua orientação lacaniana, radicalizará a temática da transformação da noção de subjetividade que aí está em jogo.

Lacan concebe a linguagem como a condição mesma da formação do inconsciente. É ela que impõe suas leis e as regras que separam o inconsciente do registro da consciência. Segundo Vallejo e Magalhães (1981, p. 156): “Lacan procurou usar um modelo lingüístico, tomando por base o modelo simbólico, para caracterizar a ruptura do sujeito e sua determinação pela ordem simbólica.”

Isso inaugura a cena da diferença existente entre o sujeito do significante e do significado. Tal distinção implica dois planos: a enunciação e o enunciado. A enunciação, o ato de dizer, implícito nos enunciados funciona como o ponto de partida para a entrada na cadeia simbólica que, no movimento de um significante a outro, leva ao sujeito. O vínculo do sujeito com o Outro, lugar da verdade, é a matriz da cadeia significante. Nessa lógica, a identidade do sujeito é deslocada para o outro transmissor da linguagem durante o processo de socialização.

Desde sua tese de doutorado Lacan fundamentou a origem social da personalidade como sendo a base para se estudar doenças mentais. Assim, a gênese social da subjetividade, portanto do sujeito, enquanto categoria clínica, vai ser a referência para a compreensão das psicopatologias.

A psicanálise teoriza o modo como ocorre a construção da identidade do sujeito pela via da entrada de um terceiro, na relação especular de mãe e filho. Tudo começa com a interiorização das normas e regras sociais. Essa mediação da cultura introduz uma primeira separação entre mãe e filho gerando uma fissura, falta estruturante, que jamais poderá ser preenchida. A entrada no social acarreta o processo necessário de repressão das pulsões, entretanto, estas subsistirão recalçadas no inconsciente. Essa situação é geradora de um ser humano dividido, a quem resta, apenas, identificar-se com o outro semelhante. Pelo recalque originário, o sujeito inicia-se na linguagem, socialmente compartilhada, abrindo caminho para o recalque secundário no momento edípico.

O complexo de Édipo, na teoria psicanalítica, tem a função crucial de formação do aparelho psíquico. Esse momento normatizador é o que permite a ressignificação da primeira castração introduzida pela ocasião da entrada na linguagem. Sua função é amarrar o real, simbólico e imaginário, registros que são indissociáveis, causando a estruturação do sujeito pela neurose. Só com o recalque dos fantasmas imaginários, no inconsciente, a criança pode ingressar na ordem cultural propriamente dita.

O discurso inconsciente está estruturado como uma linguagem. Os termos *darstellung* (discurso de língua) e *vorstellung* (o que não pode ser representado na fala, e se apresenta no corpo), usados conceitualmente por Freud, são indicadores de que habitamos o campo da significação que é social. Eles tratam da alternância presença-ausência da estrutura: o significado é a presença que se sobrepõe à ausência dos referentes nomeados. A partir da tentativa de nomear a presença-ausência da mãe, no jogo do *fort-da*, o bebê já entra na linguagem com uma identidade dividida.

Assim, surge o sujeito recalcado, do inconsciente, da enunciação e também o sujeito presente, o da consciência, que é aquele do enunciado, isto é, do social. O sujeito tem uma identidade vinda de fora, do outro com o qual, na sua gênese, se identifica especularmente. A psicanálise evidencia que a identidade subjetiva, pensada como uma essência, portanto, dada a *priori* é um mito da modernidade que tende a cair em descrédito. Daí em diante, o sujeito passa a ser um lugar, uma função significante. Isso quer dizer que o sujeito é efeito do significante – da sua entrada na linguagem – e, por isso, o significante representa o sujeito para outro significante na cadeia discursiva. Remetemos, então, a função do sujeito como estruturante do discurso, ou seja, da narrativa.

Pelos mecanismos da metáfora e da metonímia, os elementos da cadeia de significantes (enunciação) podem comparecer no discurso consciente (enunciado). Ocorre que o sujeito recalcado burla a censura e intervém na fala do sujeito consciente. O sujeito do significante presentifica-se como função buscando a satisfação de um desejo. Pelo discurso da representação (sonhos, atos falhos, mitos...), ocorre o retorno do recalcado através da falha, espaço aberto pela negatividade.

Por meio da simbolização, efeito do encontro com a cultura, o sujeito recalca seus fantasmas fundadores. Submetendo-se à linguagem, que esburaca o real, ele passa a ser constituído pelo simbólico, definido neste contexto por Balbo (1998, p.31):

O simbólico é o que organiza os sintomas na linguagem, a partir de seus equivalentes significantes e significados: os sintomas são estruturados como uma linguagem; o simbólico libera o sujeito de sua alienação a seu eu (*moi*), cujo semelhante é a miragem; ele é mediação, e a este título introduz o terceiro na relação imaginária, sempre exclusivamente dual.

Surge, dessa forma, a divisão entre a individualidade e o registro da linguagem com suas normas e proibições. Na identificação com o outro, há uma negação inevitável dessa individualidade. Diante dessa descoberta, Freud concebeu o sujeito como inconsciência, ausência de subjetividade, desconhecimento. Deixando de existir [conscientemente] como identidade –

a identidade existe enquanto busca do nome próprio numa série de identificações, o deslocamento metonímico –, o sujeito passa à condição de efeito da linguagem; sendo seu discurso o do Outro, tesouro dos significantes que nos constituem. O descentramento do sujeito pelo recalque leva-o a ser definido como outro.

A possibilidade de manifestação do sujeito pela linguagem tem uma natureza pontual e evanescente. A ausência, a fenda gerada pela entrada na linguagem é causa da divisão subjetiva: em sujeito recalcado e sujeito social, culturalizado pela renúncia ao gozo que lhe serve como passaporte para pertencer a uma comunidade de semelhantes. Nessa perspectiva, o sujeito recalcado, desde as origens, passa a ser um significante excluído do discurso da consciência, que é simétrico e binário, e por isso, exclui a alteridade radical.

Quando se fala de identidade, na ótica da psicanálise, é preciso considerar a identificação com o outro, transmissor do código, da censura cultural. Regras e leis se constituem como atos de linguagem, por isso não são um real exterior que possua qualquer substância. A linguagem, enquanto código, comunitariamente compartilhado, camufla a diferença existente entre subjetividade e identidade composta de alteridade; do outro como lugar da palavra que, sendo social, assume o valor de verdade.

É necessário, pois, entendermos que a linguagem não é a expressão do real, ou de um subjetivismo individual do tipo, “penso, logo sou”. A linguagem é um lugar para o sujeito que se constitui, inicialmente, como um reflexo do outro; sendo social, ela é ideológica e, por isso, coloca-se como centro possível de uma verdade compartilhada. Pela linguagem, o social integra e aliena o sujeito a seu discurso que será o do semelhante, o do outro. Assim, surge um dos processos dialéticos estruturantes da subjetividade composto de: eu da consciência (presença) e sujeito do significante (ausência).

A linguagem, sendo social, esconde os fantasmas primários e os símbolos ligados à experiência individual. Isso ocorre por dois motivos: ela tem função referencial, buscando ser voz da verdade, da objetividade; e é efeito de uma elaboração secundária (fruto da censura), do recalque que funda o psiquismo socializando as pulsões, canalizando-as.

A tensão, o conflito psíquico que se dá entre o inconsciente e a consciência constituem o sujeito estruturado pela neurose, e é, justamente, desse conflito que surge a tragicidade de nossa condição humana. Diante da necessidade das escolhas, perde-se sempre alguma coisa, e é preciso assumir responsabilidades pelas consequências de nossos desejos. O sujeito dividido e alienado, que a psicanálise revelou, aceita subjugar-se ao campo do Outro, que o determina, quando ele desenvolve um sentimento de pertença à determinada cultura. Isso implica consentir às injunções da ideologia, entendida como uma prática social sustentada em crença, imaginarização necessária

da realidade, de acordo com Žizek (2010), que é inseparável do sujeito e do discurso. Ao conceber o sujeito como um ser na linguagem, Freud revolucionou toda uma tradição do sujeito, e desse modo, ele situou a psicanálise em um lugar entre a verdade e o saber.

A descoberta de Freud é o inconsciente político, ou seja, social. Por esta via ele afastou a Psicanálise da medicina e abriu um diálogo irredutível com as chamadas ciências sociais e humanas, que foi desenvolvido posteriormente por Lacan. Safatle (2008, p.2) esclarece esta conexão:

Lacan só vai realmente absorver o conceito de inconsciente através de uma espécie de mediação fornecida por Lévi-Strauss. O conceito de inconsciente de Lacan é fundamentalmente um conceito que só pode mesmo ser compreendido através desta mediação por Lévi-Strauss. E o que significa isso? Significa que a grande elaboração de Lévi-Strauss para a noção de inconsciente é insistir que o inconsciente é um fato social. Não é um fato individual ligado à particularidade das vivências de um sujeito.

Dito isto, observa-se que o inconsciente trata-se da estrutura social que organiza nossas experiências. Aí a linguagem assume seu papel de destaque no psiquismo. Daí podermos, então, pensar as psicopatologias como posições subjetivas e modos particulares de inserção social. Por exemplo, os sujeitos se inserem nos laços sociais que eles estabelecem em condições de neurose, psicose ou perversão. Refletir sobre a natureza dos vínculos sociais seria um elemento fundamental da eficácia clínica.

Capitalismo e gozo na praça pública

Discutiremos, aqui, relações existentes entre o discurso capitalista, neste seu momento hegemônico, quando o mercado assume posição de agente do discurso; e a emergência do fenômeno nomeado como dessimbolização e sua incidência na subjetividade. Identificamos a ameaça desta contingência, à falta, no social, das condições necessárias à determinação do sujeito desejante, pelo significante “nome-do-pai”. O que tem efeitos sobre a castração e tudo que ela implica para o sujeito, pois sabemos que esta tende a ser forcluída do pensamento e das práticas do liberalismo, formação ideológica do capitalismo, que institui o gozo como direito de todos. Desse modo, pretendemos fazer uma leitura psicanalítica, explicando o perigo da desumanização em curso com a retirada do lugar do terceiro na atualidade.

O discurso capitalista, hoje hegemônico no mundo, vem criando situações favoráveis a um fenômeno psíquico nomeado de dessimbolização. Sobretudo, nos contextos regidos pela lógica do neoliberalismo descrito por Dardot e Laval (2016, p.17) como:

Antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas antes a própria conduta dos governados.

A dessimbolização definida por Baudrillard (1990) e Dufour (2005) como posituação dos sistemas; implica no apagamento da negatividade do vazio, ponto de indeterminação fundador do humano. Aspecto de *Trieb*, pulsão, em sua face de transcendência, algo indeterminado, anterior ao instinto, atemporal, que, de acordo com a teoria freudiana, põe o indivíduo em movimento. Trata-se da nossa incompletude, de falantes, que nos faz seres inacabados e historicamente determinados. Noção essa à qual se remete Sartre (2001, p. 516) quando diz: “O homem é livre, porque ele não é si, mas presença a si... A liberdade é precisamente o nada que está no coração do homem e que obriga a realidade humana a fazer-se, em lugar de ser.”

O referido fenômeno é determinado, no plano concreto, pelo desaparecimento do Estado, casa comum, como lugar do terceiro, instância mediadora entre capital e trabalho, bem como, entre sujeitos e mundo. Com o retrocesso sócio-político gerado, nesta fase tardia do capitalismo, quando ele não tem mais para onde se expandir; o deslocamento do terceiro surge dando primazia à vida vivida, no aqui e agora, na imanência; isso quer dizer, na falta de uma transcendência, como par dialético, e dos contrários implicados no movimento da história coletiva e pessoal, condição da abertura a superações.

O foco do discurso capitalista, sustentado na *hybris* da razão tecnocientífica, conjugado com os avanços da democracia, tem sido a incidência da produção de gozo, sobre o sujeito. Essa produção vem sendo empreendida pelo ocaso, no social, do nome-do-pai², operador da castração, transmissor da lei implícita, que divide o sujeito tornando-o passível de reconhecimento como ser “culturalizado” por seus semelhantes. Este significante *sui generis* – o nome-do-pai – é o fator da fixação do falo no campo do Outro. Dessa maneira, o gozo impossibilita a especificidade do humano pela entrada do significante. Le Rider (2002, p. 23) confirma: “A função primordial do Outro da linguagem é de inscrever no sujeito desde seu nascimento a limitação, o corte sem o qual não existiria sujeito.”

Devido à ação, dita neutra, da ciência, cujo saber, copula com o capitalismo pós-moderno, voltado apenas para a produção de objetos de consumo, o simbólico socializador, anterioridade de todo falante, vem virtualizando-se, portanto, “deixando de se realizar” como referência comum a

² Nome-do-pai é um termo lacaniano usado para nomear o significante que interdita o incesto inscrevendo uma falta no campo do Outro, isto é, do simbólico. Este conceito é a releitura do mito do Édipo freudiano feita por Lacan em termos linguísticos, implica na universalização do interdito do incesto como fundador da cultura. As noções de mito e de interdito evidenciam a proximidade de Freud com a antropologia de Lévi-Strauss. Nestes dois autores predomina uma concepção do homem mais cultural do que filosófica.

todos de uma dada comunidade. Esse fenômeno sobrepõe o imaginário, registro do objeto, ao simbólico, renegando o limite, na tentativa da construção de um império do gozo que afronta o desejo. Marx (1978, cap. 6, p. 9) revelou: “A função verdadeira, específica do capital, é como se verá adiante, não é outra coisa que a produção de trabalho excedente, apropriação – no caso do processo de produção real – de trabalho não pago, que se objetiva como mais-valia.”

Com a institucionalização do mais-de-gozar³ no social, pela adesão às políticas neoliberais, o significante vem sendo forcluído. Consequentemente, observa-se um retorno à lógica binária aprisionante, impossibilitando o sujeito internalizar a diferença que o divide e é de ordem simbólica; ou seja, impede a constituição do Outro, suporte do inconsciente, lugar dos significantes, que esburacam a estrutura, o discurso. Dessa conjuntura, resulta uma inversão: a ascensão do objeto, e a queda do sujeito em movimento de balança. Entretanto, entendemos com Freud que o estatuto do objeto deve ser o do impossível, da negatividade. Nesse momento histórico, a retirada do Estado, como mediador privilegiado entre a economia e os homens, tem como efeito legitimar a desregulação do gozo. Fator ameaçador da construção do aparelho psíquico que necessita da figura do terceiro como mediador.

A ideia da acumulação, como fim em si mesma, está sustentando-se na mercadoria reduzida ao seu mero valor de troca para facilitar uma conformidade à lógica mutante do discurso capitalista no qual o objeto toma a dianteira em detrimento do sujeito. Góes (2008, p. 46) explica:

Há um movimento constante e dinâmico de destruição de todos os entraves que possam obliterar a hegemonia crescente do mercado. É preciso ser proprietário para existir no mercado dominado pelo valor de troca. O sujeito é lançado despossuído de todas as suas referências ancestrais, mágicas e religiosas. As ilusões se sustentam precariamente, nos terremotos incessantes produzidos pelo capital. É posta a nu a implicação do significante no sujeito quando a comunidade, ou a Revelação, o que Lacan chamou de grande outro, escrito com ‘O’ maiúsculo, está barrado. As relações se tornam, cada vez mais, econômicas, livres das lealdades tradicionais, livres do discurso do mestre. Aí aparece, ou pode aparecer, a angústia, em termos lacanianos, se está diante do que ele chamou de objeto *a*, objeto causa do desejo.

Nessa dinâmica libertária, a falta cede seu lugar estruturante à completude com objetos, e a vida foca sua energia nos interesses mercantis. O dom e a gratuidade caem em desuso. Os adaptados se impõem produzindo excluídos da festa da mercadoria, e do sucesso dos que sabem usar o outro como meio para vencer no contexto da ausência de um pacto social regulador. Assim, essas transformações acabam por atingir também a economia psíquica que se afasta da estrutura

³ Mais-de-gozar na teoria lacaniana equivale ao conceito marxista da mais-valia. Sua expressão na clínica costuma manifestar-se através do gozo com um objeto. Diz respeito ao gozo do inconsciente, corresponde ao objeto da angústia; da satisfação pulsional.

neurótica para favorecer outras organizações psíquicas mais adaptadas ao modelo econômico prevalente.

A problemática concernente ao desejo que supõe repressão ganha novos contornos no século XXI, diante do gozo estabelecido como direito pelas leis neoliberais, orientadas na direção de um “libertarismo” utópico, que vai além do princípio do prazer. Interrogações se impõem sobre a marca do gozo inscrito na origem de novos tempos: quais poderiam ser os impactos dessa situação sobre o reconhecimento da nossa dependência de castração que fixa uma lei de natureza outra, a simbólica? Bourdieu (1989, p. 7) nomeou os sistemas simbólicos de “estruturas estruturantes” do humano. Perante as ambiguidades inerentes à lógica do discurso capitalista de gozo, que opções estariam restando, ao processo de subjetivação, senão a escolha forçada de um deslizamento entre forclusão⁴ e desmentido do nome-do-pai?

O sujeito não é uma geração espontânea

O ponto fulcral dessa discussão acerca de certo mal-estar na subjetivação, hoje, é o seguinte: as evoluções desencadeadas pelo projeto econômico neoliberal, como organização-desorganização do social, causam impacto no inconsciente dos sujeitos. Quais seriam esses efeitos no fundamento da estruturação psíquica vinculada à função do significante que determina o sujeito? Lebrun (2010, p. 30) observa:

O inconsciente de um sujeito, com efeito, não é habitado apenas por representações familiares, ele o é também por representações sociais; sobretudo ele se articula com interações entre o ambiente social e os primeiros outros habitualmente seu pai e sua mãe – a partir dos quais se organiza sua realidade psíquica.

Nessas representações constam, em síntese, alguns elementos: traços da nossa espécie humana (filogênese); o terceiro como lugar que permite as trocas simbólicas restritas, e a linguagem como sistema simbólico, privilegiado, que não pode ser reduzido à sua estrutura, pois transmite todos os conteúdos culturais de geração a geração. A Psicanálise delineia a especificidade do humano na direção de um desvio da natureza rumo à cultura, pois nem vivemos apenas no plano da necessidade, nem tampouco da realização automática de funções biológicas.

⁴ Forclusão (*Verwerfung*) é a rejeição de todos os campos do simbólico, de suas significações. Trata-se da rejeição da castração no inconsciente. De acordo com Lacan, este é o mecanismo que distingue o discurso capitalista, que, neste momento histórico de sua hegemonia mundial, marca a passagem para uma época pós-neurose (visto que a neurose se sustenta no recalque), expondo o sujeito à psicose (nas versões esquizofrênica e paranóica) e gerando aporias com a queda dos interditos de gozo, pois, cabe lembrar aqui que não há sociedade sem interdito.

Nossa espécie encontra-se marcada pelo fato de sermos desejantes, e a condição de acesso a essa diferença fundamental é nosso consentimento em renunciar ao objeto de gozo primeiro – a mãe (*das Ding*), coisa que é espelho onde nossa imagem é capturada. Quando se trata da realização sexual, nos animais, há uma inscrição genética. No humano, isso ocorre por outra via, pois o objeto não poderá jamais ser atingido – a relação sexual não existe –; a pulsão apenas o contornará de modo que não há como existir objeto adequado para o desejo. Por ser o desejo sempre novo, este é sempre relançado adiante, ao longo da vida, e sua satisfação será parcial, relativa, motivando nossas buscas por objetivos, e por que não dizer, também, por objetos? Desse modo, ficamos determinados por um objeto faltante, a Coisa, à qual renunciamos em prol de nossa peculiaridade de desejantes, incompletos.

A referida renúncia, para efetivar-se, demanda uma operação nomeada por Freud de castração, cujo operador é o pai condicionado à função de agente do simbólico. A dependência de tal condicionamento aponta, justamente, para a contingência desse registro. Sua função é lembrar à mãe e ao filho que eles não podem ser tudo para o outro. Temos, aí, o substrato do Édipo, mito elaborado por Freud, a partir de suas escutas clínicas, para apontá-lo como marco fundador de nossa passagem à cultura; portanto, ao simbólico, ao qual todo sujeito necessitará ter acesso para se normatizar, sob pena de adoecimento psíquico quando esse acesso for negado. Lacan, ao retomá-lo em seu ensino, demonstrou a passagem desse mito à estruturação psíquica como seu correlato.

Na sua teoria do significante, ainda influenciada pelo método estruturalista dominante na década de 1960, Lacan nomeia o pai como o representante da linguagem que equivale a interdito. Nesse sentido, concebe o pai, estritamente na sua dimensão simbólica, fálica, significante transmissor da falta, a partir do lugar de exceção, da lógica do “ao menos um”. A noção do significante fálico indica, sobretudo, a incompletude do simbólico, dito de outro modo, da presença de uma ausência no campo do Outro, remetendo-se ao real.

Diante do exposto, a Psicanálise, em sua vertente lacaniana, vai pensar a linguagem e suas leis na qualidade de constituintes das invariantes psíquicas, das leis do psiquismo. Conforme diz Lebrun (2010, p. 33): “Assim, nós podemos afirmar que a linguagem não é nada mais do que a colocação em ato do interdito do incesto. Ou melhor, linguagem e interdito são quase sinônimos.”

A evolução da sociedade, voltada à união do ultraliberalismo com a tecnociência (que dissocia conhecimento de contextos abrindo espaço à ambiguidade, à indeterminação do sentido), com seu afã de eliminar o lugar do impossível, em prol do ideal de um igualitarismo absoluto e abstrato, engendra uma mutação social reduzindo a paternidade à genética.

Daí entendermos a pertinência de refletir sobre destinos da castração, do seu agente e efeitos do seu apagamento, no novo modelo de sociedade que vem impondo-se por uma força devastadora; e está dificultando a internalização de uma lei simbólica essencial ao funcionamento da sociedade humana. Destaca-se, nesse novo *status quo*, o fenômeno da dessimbolização gerador de indiferenciação, cujo efeito é a indiferença pelas leis, pelo outro e pela vida – regras e fatos sociais-, revelando-se como nova forma de dominação, inusitada, do homem pelo homem, empreendida pelo capitalismo na versão mundializada.

A linguagem (o simbólico) precisa ser passada adiante, transmitida, porque ela vem de alhures, do Outro para chegar ao sujeito e permitir construção de laços sociais com os semelhantes. Isso significa dizer que a alienação do sujeito à linguagem implica o seu reconhecimento pelos outros como ser culturalizado; só a partir de então, está apto a dizer “eu”; membro indissociável de uma coletividade concreta com todos os seus interditos e peculiaridades.

Nessa perspectiva, percebe-se a humanização como um processo árduo que precisa de atualização, para ser sempre refeito pelo sujeito individualmente. Cabe à sociedade em que nos constituímos fazer sua transmissão da humanização pelo trabalho de socialização na família, em associação à escola e às outras instituições formadoras. Sem o investimento coletivo no sujeito, não há inscrição no Outro, estrutura terceira garantia de alteridade, que se desdobra no outro nosso semelhante, e no Outro. Da falha nesse processo, surgem as patologias da socialização.

Essa transmissão fundamenta-se no “não” primordial, fundador da estrutura terceira, da ordem simbólica, mediadora entre sujeito e mundo; que é a função do pai; significante operador da interdição do incesto, lei definidora da condição humana como inacabada e “ligada” aos outros. A tal respeito, teorizou Lacan (2008, p. 54): “A função do significante é determinar o sujeito.”

A terceiridade, estrutura terceira, é dada na ordem da linguagem, especifica a dimensão simbólica em que o sujeito se encontra situado. O ternário simbólico componente da lei do significante remete-se às três categorias: 1. castração (nome-do-pai); 2. afirmação primordial (reconhecimento); 3. negação (recalque do que foi reconhecido).

O sujeito à sombra da dessimbolização

Situações inusitadas, tais como, o reconhecimento da paternidade, apenas, por um mero teste de laboratório; a tentativa de anular a dissimetria das funções materna e paterna em nome de uma igualdade imaginária; o apagamento da diferença geracional; dentre outras, estão sendo criadas

pelo atual estado do capitalismo, sustentado em novo ordenamento jurídico⁵, que legaliza o gozo desregulado, suprimindo imaginariamente o falo, significante do desejo. Situação que nos faz testemunhas da exacerbação do mal-estar na civilização sob o avatar de uma nova barbárie, de situações-limite (desemprego massivo, impotência, retorno à lei do mais forte, desespero, desamparo, aumento da criminalidade...) encenadas como nova barbárie acessível a qualquer um. Passa-se, assim, para outra forma-sujeito como efeito da mutação de \$ (sujeito dividido pela entrada na linguagem) em objeto; evidenciada na mudança de posição no discurso⁶, enunciada por Lacan em Milão quando fez uma formalização que não cessa de produzir seus efeitos:

O discurso capitalista [...] é algo [...] loucamente astucioso [...]. Nem por isso deixa de estar destinado ao fracasso, pois ele é insustentável. [...]. Faz uma pequena inversão entre S_1 e o \$, e sujeito, suficiente para que funcione perfeitamente, não poderia funcionar melhor, mas justo por isso funciona rápido demais, se consome, se consome tão bem que se consuma. (LACAN, 1972/1978, p. 9-10, tradução nossa).

Nesse movimento haverá de consumir-se a si mesmo como modelo de esgotamento das coisas reduzidas ao seu mero valor de troca. Em momento de paroxismo, tem mostrado a tendência de reduzir até o espírito humano, agora amesquinhado por uma sociedade narcisista.

Refletindo sobre a conjuntura socioeconômica na atualidade, e seus impactos sobre a subjetividade, Dufour (2005, p. 10) lança uma hipótese tomando como referência temporal a pós-modernidade: “Estamos assistindo à destruição do duplo sujeito da modernidade, o crítico kantiano e o neurótico freudiano.” Aos quais, ele acrescenta também o sujeito marxista nas novas democracias geradas para dar suporte ao funcionamento do Mercado globalizado, daí surgindo um *status quo* caracterizado em suas contradições por Gauchet (2002, p. 95):

⁵ Do referencial da Psicanálise, observa-se que as leis jurídicas não recobrem em toda sua extensão a lei simbólica, não escrita, que aponta para o Outro, para a negatividade.

⁶ Lacan construiu uma teoria dos discursos para falar das vicissitudes das pulsões e das modalidades de gozo. Eles são Discurso do Mestre, da Universidade, da Histórica, do Analista, e do Capitalista; seus matemas são:

$$\begin{array}{ccccccc} \text{(M)} & \frac{S_1}{\$} \longrightarrow \frac{S_2}{a} & \text{(U)} & \frac{S_2}{S_1} \longrightarrow \frac{a}{\$} & \text{(H)} & \frac{\$}{a} \longrightarrow \frac{S_1}{S_2} & \text{(A)} & \frac{a}{S_2} \longrightarrow \frac{\$}{S_1} & \text{(C)} & \downarrow \frac{\$}{S_1} \quad \nearrow \frac{S_2}{a} \downarrow \end{array}$$

Os discursos contêm quatro elementos e quatro lugares socialmente constituídos: S_1 (poder); S_2 (saber); \$ (sujeito); a (objeto mais-de-gozar). Os lugares ocupados por essas letras são:

$$\uparrow \left[\begin{array}{c} \text{agente} \\ \text{verdade} \end{array} \right] \rightarrow \left[\begin{array}{c} \text{outro} \\ \text{produção} \end{array} \right] \downarrow$$

Vê-se uma atipia no Discurso do Capitalista que é variação do Discurso do Mestre: ele não propõe o laço social com o outro, não obedece ao quarto de giro, não respeita as leis da castração e do recalque, nem a seta do tempo.

Doravante estamos lidando com atores que rigorosamente se querem desligados e sem nada acima deles que impeça a maximização de seus empreendimentos. As trocas não são mais garantidas por um poder superior seja de ordem transcendental ou moral, mas apenas para Mercadorias válidas por si mesmas.

Isso significa dizer que a troca mercadológica tem apresentado a tendência a dessimbolarizar o mundo, neutralizando a opacidade das coisas pela forclusão da negatividade, espaço vazio reservado para a liberdade. Os impactos previsíveis desse processo, na subjetividade, segundo parâmetros da lógica fálica, ocorrem pela via do imperativo de gozo prometido a cada um, cujo efeito resultante é a desfiliação ao simbólico humanizador. Isso implica dizer que as sociedades capitalistas se orientam para a transgressão, ao custo de anomia.

O simbólico, dado por meio de um corte, é considerado aqui condição de pertinência ao mundo comum; que é o político, em declínio no mundo contemporâneo por pressões de uma ideologia libertária que pretende desvincular o sujeito da sua fonte social-histórica. Este simbólico em questão, opera, sobretudo, através de sentidos que enlaçam os sujeitos pela partilha de valores e crenças transmitidos por meio da transgeracionalidade pela troca de palavras, cujos significados, reconhecidos por todos, mediam relações entre homens e mundo. Não pertencendo estes individualmente a ninguém já que as palavras não têm dono. Calligaris (2006, p. 20-21) especifica: “Simbólico é a ordem social que a língua organiza [...] é a ordem que nos permite desejar.”

A mercadoria, em estado puro, vem empreendendo mutações no social ao desvencilhar-se do valor de uso das coisas; lugar de diferenças antropológicas; do símbolo como o *plus* de sentido, representante da alteridade que constitui, tanto a dialética da nossa divisão, quanto nossa abertura a possibilidades. Castoriadis (2000, p. 168) enfatiza a relevância deste registro:

O simbólico por não ter correlação biunívoca com aquilo que representa, simboliza, carrega como sua profunda característica uma indeterminação relativa. Pontos de indeterminação estão nas brechas, nas fissuras da falta de correspondência ponto a ponto entre palavra e coisa.

Com as mutações socioculturais empreendidas pelo capitalismo sustentado na tecnociência, com o mercado na posição de S_1 (significante mestre), e com os avanços da democracia, os homens supostamente não deveriam mais entrar em seus acordos com os valores simbólicos transcendentais (ideia que nos parece inviável). Restaria o mero jogo da troca de mercadorias, e a coalescência com os objetos destituídos de seus valores metafóricos, investidos culturalmente. Diante da tendência à virtualização de uma vida tecnologizada,

do apagamento das diferenças e tentativa de eliminar o negativo, que nos faz seres de possibilidades, Baudrillard⁷ (1990, p. 72) argumenta:

Em toda a compulsão de semelhança, extradição das diferenças, em toda a contigüidade das coisas com sua própria imagem, em toda confusão dos seres com seu próprio código, há uma ameaça de virulência incestuosa... Sob outras formas, é o ressurgimento do princípio do Mal. Não há aí nem moral nem culpabilidade: o princípio do Mal é simplesmente sinônimo de reversão e do princípio de adversidade. Nos sistemas em via de positividade total e, por isso, de dessimbolização, o mal equivale sob todas as formas à regra fundamental de reversibilidade.

O peso simbólico nas trocas humanas estudadas por Mauss, Lévi-Strauss e Lacan é ignorado pelo olhar neoliberal demandando discussão teórica para repensarmos o lugar desta instância no mundo atual. Lacan (1956/1998, 471) diz: “o homem, desde antes de seu nascimento e para-além da morte, está preso na cadeia simbólica.” Nessa mesma obra, ele reforça a ideia de que: “O sujeito é servo da linguagem, e, mais ainda, servo de um discurso.” (LACAN, 1956/1998, p. 495). Diz-se isso porque, só pela linguagem, a experiência privada se faz pública.

As mudanças no jogo das trocas acarretam uma mutação antropológica cuja base material é descrita por Santos (2015, p. 44):

A relação entre a finança e a produção, entre o que agora se chama economia real e o mundo da finança, dá lugar àquilo que Marx chamava de loucura especulativa, fundada no papel do dinheiro em estado puro. Este se torna o centro do mundo. É o dinheiro como, simplesmente, dinheiro recriando seu fetichismo pela ideologia.

Se a garantia simbólica das trocas interpessoais colapsa, é a própria condição humana que se altera no seu fundamento e funcionamento; pois, conforme Lacan (1970/2003, p. 404), “a linguagem é a condição do inconsciente”. Sem os valores que nos antecedem e ultrapassam, cuja função é garantir nossos pontos de referência, o sujeito fica impossibilitado de estruturar-se borromeanamente. Como mostra Valadier (2003, p. 182): “Quando tudo se torna igual porque nada é interdito, o desejo se extingue e reina o vazio.” Para haver transcendência, na acepção de fundamento, o universal, na sua qualidade de comum a todos, precisa sobrepor-se a particularidades.

⁷ O autor, nessa obra, utiliza o substantivo “mal” em uma acepção não metafísica, significando, a violação dos códigos. O mal, nesse sentido, define-se como aquilo que se fundamenta em si mesmo.

Dufour (2005, p. 14) esclarece a referida situação nos termos seguintes:

A grande força dessa nova ideologia com relação às precedentes diz respeito a que ela não começou para visar o próprio homem por meio de programas de reeducação e de coerção. Ela se contentou em introduzir um novo estatuto do objeto, definido como simples Mercadoria, aguardando que a sequência acontecesse: que os homens se transformassem por ocasião de sua adaptação à Mercadoria, promovida desde então como único real.

Na clínica, vem-se observando a passagem da economia fundada no recalque, ou seja, na neurose, para uma cultura que promove a perversão pela transgressão dos interditos. O ponto de diferença entre essas duas economias psíquicas estaria calcado no novo estatuto do objeto introduzido pelo modelo neoliberal, que desliza para um mais além, nomeado por Dufour de ultraliberalismo.

A filosofia da história foi construída por filósofos como Hegel e Marx, sustentados na noção do sujeito kantiano. Freud também precisou servir-se dessa referência kantiana para elaborar sua concepção de sujeito neurótico. Segundo Assoun (1995), a relação epistemológica existente entre Freud e os filósofos mostra que Freud revelou a verdade psicológica radical da subjetividade kantiana. Assim, a Filosofia passou a ter algo essencial a aprender com a Psicanálise sobre o humano e sua especificidade, enquanto “divisão”; aspecto fundador de uma nova racionalidade. É possível comparar a dupla equação em Kant: consciente → fenômeno e inconsciente → coisa em si.

No triunfo atual do capitalismo com sua filosofia, que está indo além do utilitarismo clássico, os sujeitos kantiano e freudiano passaram a integrar o rol das espécies ameaçadas de extinção. Em um modelo econômico-social, em que o único interesse humano vem reduzindo-se à venda e à troca de mercadorias, retrocede-se a uma operação lógica binária da qual o sujeito sobra como troco. Aí entra em cena a possibilidade contemporânea que resta à subjetivação: um sujeito aberto às conexões e flutuações identitárias; precário, assintomático, disperso, dissociado do Outro, sem os recursos para construir um fantasma que amarre inconsciente e consciência. Gwenolé Loas (2006, p. 79) explica a descoberta de Werner, segundo o qual, é a atividade simbólica que origina processos cognitivos e de desenvolvimento. “Estes processos passariam sempre no plano Ontogenético, de um estágio de globalidade e indiferenciação para um estado de diferenciação, de articulação e de integração hierárquica.”

Assim, Zizek (2015, p. 83, grifos do autor) problematiza:

O que acontece com o funcionamento da ordem simbólica quando a lei simbólica perde sua eficácia, quando ela deixa de funcionar de maneira adequada? O que resta são sujeitos ‘desrealizados’ ou antes, ‘despsicologizados’, como se estivéssemos lidando com marionetes robotizadas que obedecem a um mecanismo cego.

Nesta mesma ótica, Bobbio (2000) havia dito que o capitalismo é o sistema dos sem posses. Nesse rol, agora, vemos inserir-se no social a categoria de neossujeitos liberais, aqueles usurpados dos direitos à sua decisiva entrada no simbólico; os sem acesso à posse da palavra estruturada em um discurso⁸, isto é, na relação com a alteridade que se duplica em: Outro e outro, impossibilitados, portanto, de desejar por se encontrarem presos do lado de fora, assumindo uma condição precária de *outsider*.

Entretanto, convivendo com esses novos sujeitos, lado a lado, restam ainda outros sujeitos, pré-modernos e neuróticos. Remanescentes capazes de resistir, com seu desejo, ao processo de dessimbolização em curso pela tendência ao apagamento de diferenças. Desde que, não cedendo do seu desejo, possam recusar a situação de homens reificados. Pensamos, assim, porque não existem modelos de sociedade, mesmo as totalitárias, que possam produzir, exclusivamente, um único tipo de sujeito.

Considerações finais

Para finalizar, compartilhamos a ideia de que a função humanizadora do simbólico remete às condições de entrada do sujeito no circuito pulsional pela intervenção dos primeiros outros que permitem o luto do objeto. A retirada do lugar do terceiro, negação primordial, constituinte da transcendência negativa do sujeito, resulta, logicamente, na dessimbolização, como apagamento das diferenças, diante da qual o sujeito falante é intimado a responder à impossível injunção de fundar-se sozinho. O predomínio do senso comum liberal trata de confundir nas consciências o impossível com o proibido, vem-se tentando retirar do social a terceiridade, causando ruptura na dialética constituinte do sujeito desejante: alienação-separação do Outro do simbólico, inviabilizando sua constituição como fala-a-ser.

⁸ Sendo o sujeito um efeito do discurso, na clínica esta situação comparece como respostas vazias, incapacidade para narrar uma experiência de sofrimento, e falta de um desejo.

O “suposto projeto” racionalizador do discurso capitalista desloca a instituição Estado do lugar de mediador e da função de distribuir justiça e planejar bem-estar para suas crias, os cidadãos. Sustenta-se em um aparato jurídico⁹, como mecanismo criado *ad hoc*, para servir ao capital, e faz conjunção com um cientificismo, positivista, que impõe a técnica e sua funcionalidade como se fosse o impessoal, novo universal a nos constituir. Com a redução da função paterna à genética, induz-se a forclusão do próprio sujeito diante da situação de “dessocialização” que, por ser desumanizadora, tem produzido indivíduos (não divididos), e não sujeitos barrados pelo significante devido ao culto do gozo, sem limites. O gozo impossibilita a divisão subjetiva pela determinação significativa, em uma época onde se vê o declínio do pai simbólico que opera na estrutura em prol do pai imaginário.

Nesse estado de coisas, como consequência, surge a crise de representância fálica consolidando uma cultura materialista, que deixa de funcionar como estrutura-estruturante. Tendo esta passado a trabalhar para desconstruir a socialização, desfazendo laços sociais, transforma-se em fonte de gozo com objetos, que variam dos *gadgets* às latuas lacanianas, prometendo o mais-de-gozar neste modelo de sociedade que se tornou sintoma, sinal dos tempos. Traço de uma época na qual podemos testemunhar uma crise de civilização pela competitividade, incerteza do futuro, compulsão ao consumo supérfluo e a substituição do trabalho humano por tecnologias robóticas, dentre outras.

O discurso capitalista avança dificultando a formação do superego herdeiro do Complexo de Édipo que resulta do processo de socialização das pulsões, pelo declínio do Outro simbólico, agora virtualizado, bem como do significante nome-do-pai. Tende a bloquear o acesso ao desejo, e leva à emergência de novas situações de dessubjetivação. Estas se dando, tanto pelo excesso de identidade quanto pela liberação do ônus a ser pago pela castração: fazer o luto do objeto. Nessa dinâmica autofágica, vemos emergir no social, como subproduto, a categoria de neossujeitos. Os ditos “mutantes”, insaciáveis, sem falta e sem desejo, produzidos na contingência de um modelo sociológico que, como fato de sua estrutura, falha na missão de preparar, hoje, o lugar onde o sujeito dividido possa ser esperado no devir histórico, isto é, no futuro.

Para enfrentamento dessa crise, surgem saídas dentro da proposta neoliberal: a do incentivo à criação de grupos autônomos de sobrevivência para tentar recriar os laços sociais desfeitos; e abrir caminhos a um imaginário radical (distinto do imaginário especular que cola) por meio das fissuras, dos pontos de indeterminação próprios ao inconsciente, fundado pela negatividade.

⁹ No neoliberalismo o direito consuetudinário foi substituído pelo direito formal que vê o sujeito como mera abstração, desvinculado do outro, do meio social onde se constituiu. Este restringe-se, agora, ao modelo positivista e decide baseado em critérios abstratos sobre as questões humanas, implicando na redução da complexidade filosófica e sociológica da vida humana na sua dimensão conflitual, concreta.

Em outras palavras, pela falta que nos constitui. Surge daí, a aposta em um futuro no qual a imaginação criativa poderia estar no poder passando pela reinvenção do político. Da perspectiva psicanalítica, há sempre uma esperança na possibilidade de intervirmos criticamente no mundo pela desalienação aos significantes, de um discurso capitalista que dissociou o fator econômico do tecido social, buscando não ceder do nosso desejo, que é o desejo do Outro do simbólico, do socialmente construído, arquivo dos ditos de todos os outros.

Referências:

- ASSOUN, Paul-Laurent. 1995. *Freud, la philosophie et les philosophes*. Paris: PUF.
- BALBO, Gabriel. 1998. *Dicionário de Psicanálise Freud e Lacan*. Salvador: Ágalma.
- BAUDRILLARD, Jean. 1990. *A transparência do mal: ensaios sobre os fenômenos extremos*. São Paulo: Papirus.
- BOBBIO, Norberto. 2000. *Teoria geral da política, a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.
- CALLIGARIS, Contardo. 2006. A violência e o homem moderno. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, ano 6, n. 12, p. 17-22.
- CASTORIADIS, Cornelius. 2000. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. 2016. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- DUFOUR, Dany-Robert. R. 2005. *A arte de reduzir as cabeças*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- GAUCHET, Marcel. 2002. *La démocratie contre elle-même*. Paris: Galimard.
- GÓES, Clara de. 2008. *Psicanálise e capitalismo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- LACAN, Jacques. 1978. Du discours psychanalytique (1972). In: LACAN en Italie. Milan: Salamandra. p. 9-10.
- _____. 1998. Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar. p. 461-495.
- _____. 2003. Radiofonia (1970). In: LACAN, Jacques. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar. p. 400-447.
- _____. 2008. *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro (1968-1969)*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LEBRUN, Jean-Pierre. 2010. *O mal-estar na subjetivação*. Porto Alegre: CMC.

LE RIDER, Jacques et al. 2002. *Em torno do mal-estar da cultura de Freud*. São Paulo: Escuta.

LOAS, Gwenolé. 2006. *A anedonia: a insensibilidade ao prazer*. Tradução de Rita Rocha. Lisboa, Climepsi.

MARX, Karl. 1978. *O capital*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas. cap. 6.

SAFATLE, Vladimir. 2008. *A Psicanálise lacaniana como teoria social*. Disponível em www.marciopeter.com.br

SANTOS, Milton. 2015. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

SARTRE, Jean-Paul. 2001. *O ser e o nada*. Petrópolis, RJ: Vozes.

VALADIER, Paul. 2003. *Moral em desordem: um discurso em defesa do ser humano*. São Paulo: Loyola.

VALLEJO, Américo; MAGALHÃES, Lúcia Cademartori. 1981. *Lacan: operadores da leitura psi*. São Paulo: Perspectiva.

ZIZEK, Slavoj. 2015. *O absoluto frágil*. São Paulo: Boitempo.

_____. Org. 2010. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.